

VALORES, CULTURA E AUTOGESTÃO SOLIDÁRIA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO CONTRAPONTO

BEM, Nilton Pinho de – UFRGS
nilton.bem@gmail.com
COSTA, Pedro de Almeida - UFRGS
pacosta@ea.ufrgs.br
ICAZA, Ana Mercedes Sarria –UFRGS
sarria.icaza@ufrgs.br
MEIRA, Fábio Bittencourt - UFRGS
fabio.meira@ufrgs.br
SCHMITZ, Vera Regina – UFRGS
vera.schmitz@ufrgs.br

Grupo de Trabalho: 8 - Trabalho autogestionário e economia popular solidária: resistência, saberes e processos organizativos em tempos de pandemia

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre pesquisa, em andamento, realizada junto à Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto (ACP). O objeto geral é analisar as estruturas, relações e as práticas estabelecidas pelos agentes na condução do cotidiano das organizações que compõem a Associação, analisando os reflexos no planejamento e administração da Associação e da loja por ela mantida. ACP é um espaço fixo de convivência e de comercialização de produtos da economia solidária e da agricultura familiar agroecológica, situado no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ACP congrega treze empreendimentos de Porto Alegre e de cidades próximas, formados, em sua maioria, por mulheres, pertencentes a grupos da periferia (artesãs e padaria), grupos de artesãos (urbanos), da saúde mental, em vulnerabilidade social (pessoas em situação de rua), famílias assentadas da reforma agrária e comunidade quilombola. A pesquisa, de caráter qualitativo, adota a perspectiva da teoria da estruturação, de modo que o problema ganha feições específicas pelo entendimento de que o êxito do conjunto de práticas coletivas, que efetivariam os propósitos da Economia Solidária, depende da capacidade dos agentes – individuais e coletivos – de ativar a consciência uns dos outros, por meio das próprias práticas sociais por eles gestadas reflexivamente. A análise combinou análise de conteúdo e do discurso, além de observação participante dos autores, que atuam todos como pesquisadores-extensionistas neste projeto. A coleta de dados inclui realização de entrevistas em profundidade, notas de campo e consulta a documentos da ACP. Os resultados sinalizam

a presença de diferentes práticas de gestão dos empreendimentos. No nível da Associação, as práticas revelam-se orientadas tanto por ideais e interesses difusos atribuídos à ACP, quanto por necessidades imediatas de cada empreendimento. Considerando que no período de pandemia houve interrupção das atividades e o isolamento tendeu a desativar os vínculos coletivos, foi possível observar o processo de adequação ao novo contexto. A perspectiva da teoria da estruturação revelou que a situação – as contingências – pode ser tão ou mais importante do que os interesses, valores e práticas dos associados.

Economia solidária, cultura e valores de autogestão

A economia vista em seu significado substantivo atenta para o fato de que a sobrevivência humana é dependente tanto da base de recursos existentes no meio ambiente, quanto do trabalho social que explora e transforma esses elementos da natureza com vistas a produção dos meios de sobrevivência humana (Polanyi, 2012). Nessa perspectiva, o trabalho pode ser encarado como *“...a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”* (Engels, 1876).

Entretanto, em que pese a centralidade que o trabalho sempre ocupou nas sociedades humanas, a partir do modo capitalista de produção e do instituto da propriedade privada dos meios de produção, esse assumiu uma condição de potencial produtivo que somente poderia ser efetivado após convertido em mercadoria força de trabalho e submetido aos ciclos do capital. Com isso, não apenas os produtores diretos ficaram alienados da gestão de seu trabalho e da destinação de seus frutos, quanto ficaram susceptíveis as oscilações e condições dessa inovação capitalista que foi o “mercado de trabalho” (Marx, 1984).

Em meio a essa ordem capitalista, com suas sucessivas ondas de desemprego, empobrecimento e precariedade nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, já a partir de meados do século XIX surgiram os primeiros empreendimentos de economia solidária que, justamente, se constituíam numa estratégia ativa empregada por segmentos da população explorada e marginalizada para prover seus meios de subsistência e, também, acesso ao trabalho (Singer, 2002).

Esses coletivos estiveram alinhados aos movimentos sociais e populares e recorrentemente têm sido criados e reconfigurados tendo por missão a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados. Quando observados seus exemplos concretos no Brasil e no mundo percebe-se que possuem significativa diversidade cultural

que abrange: grupos de vizinhança, populações quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e trabalhadores de empresas autogestionárias, entre outras. Nesses empreendimentos, o valor da solidariedade se manifesta no envolvimento de seus membros com a gestão cotidiana, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade e justiça, e, nesses ambientes, a cultura dos atores marca cada iniciativa com referências próprias dotando-os de singularidade e criatividade (Silva, 2020).

De outra parte, têm-se que, embora tenham nascido em meio a um modo de produção marcado pela assimetria na dotação dos recursos produtivos, pela alienação e exploração dos produtores diretos e pela desigualdade na distribuição da renda, os empreendimentos solidários carregam consigo valores de mudança que contrapõem solidariedade a competição e alienação, bem como justiça e equidade a submissão e exploração (Gaiger, 2003). Conseqüentemente, os empreendimentos de economia solidária trazem consigo ideais de democracia, transparência, participação, simetria e corresponsabilização de todos seus protagonistas, o que implica no processo de autogestão no emprego dos recursos e na destinação dos resultados do trabalho associativo.

Por isso, a dinâmica dos empreendimentos solidários demanda um esforço adicional dos trabalhadores, pois além de cumprirem com as atividades produtivas, cada trabalhador associado adicionalmente se preocupa e responde por tarefas gerais da organização. Nessa medida, cada pessoa associada se envolve na análise dos processos produtivos, na destinação do excedente econômico e na solução de eventuais conflitos internos e externos. A economia solidária, portanto, aponta para uma prática na qual seus protagonistas assumem a condição de sujeitos políticos, sociais e econômicos que consideram a reprodução social uma responsabilidade coletiva, ainda que as regras das relações capitalistas de produção mostrem-se hegemônicas em seu entorno (Singer, 2002).

Os empreendimentos de economia solidária encontram-se no mercado e, justamente por isso, estão sujeitos às leis do valor e ao fetichismo da mercadoria. Face a esta circunstância não é fácil caracterizá-los nem como um setor caracteristicamente não mercantil e não monetário, tipicamente da economia da dádiva; tampouco como um setor não lucrativo, tipicamente do terceiro setor. Os empreendimentos de economia solidária podem preservar seus valores posto que a produção de valores de troca e a apuração de um excedente em sua comercialização não os descaracteriza, a existência dessas sobras operacionais (lucro) lhes permite reinvestir, e definir com relativa independência sua sustentabilidade econômica e sua vida dinâmica (Lisboa, 2005).

Vistas sob este ângulo, as relações de produção e distribuição, bem como o processo de gestão de empreendimentos solidários podem ser compreendidas como promotoras de valores não-utilitários no interior de uma axiologia não anti, mas meta-utilitarista, na medida em que o cálculo de interesse próprio e as relações de intercâmbio comercial não são, a priori, refutadas, limitando-se precisamente à troca, sem interferir na identidade das partes que transacionam. Embora os valores fundados na simetria e na reciprocidade estejam presentes como referência à prática autogestionária, isto não inibe ou limita as potencialidades dos empreendimentos solidários nas relações mercantis mais gerais e, mesmo, não interdita interesses individuais (Gaiger 2006; 2009).

Nesse contexto social de forças e valores contraditórios, a ação dos construtores dos empreendimentos solidários tem se caracterizado por um padrão reflexivo e construtivista, no qual os elementos institucionais presentes na realidade, a herança cultural e as aspirações dos atores interagem, forjando novas estruturas e institucionalidades, que, por sua vez, induzem a renovados padrões de consciência e de práticas coletivas e individuais (Cezar, 2016). Se analisadas sob a ótica da teoria da estruturação (Giddens, 2000), essas práticas poderiam ser vistas como parte e função dos hábitos e modos de vida de seus protagonistas. Esta relação permite compreender a dimensão não utilitarista das práticas, já que não se trata de utilizá-las, mas de vivê-las e construí-las sob a égide das novas formas solidárias de viver.

As práticas cotidianas concretas apoiam-se e reconfiguram estruturas pré-existentes e, nesta medida, os agentes coletivos as reproduzem, mas também reflexivamente as transformam. Para tanto, a herança cultural e a experiência pessoal desempenham papel central. Os agentes se valem da historicidade, o que significa que empregam o conhecimento sobre o passado de forma reflexiva, utilizando-o justamente para romper com o passado, mantendo apenas “[...]aquilo que pode ser justificado de maneira proba” (GIDDENS, 1991, p. 61).

Práticas da EcoSol da perspectiva da estruturação: elementos para uma análise

Ação e estrutura são o ponto nodal de um enigma clássico da teoria social, qual seja, o debate em torno da relação indivíduo sociedade (Johnson, 1997). De um lado, o entendimento de que a ação dos indivíduos é a força central dos fenômenos sociais, a estrutura social nada mais é que um epifenômeno desta ação. De outro lado, as estruturas seriam centrais, portadoras de forças coercitivas transcendentais e determinantes da ação dos indivíduos. O contexto neoliberal, em que vivemos hoje, exacerba a efetividade da máxima

da ex-ministra britânica Margareth Thatcher: “não existe sociedade, o que existe são indivíduos ...”.

Desde o ponto de vista da ação econômica, a prevalência do individualismo mostra-se presente na atual onda de valorização do empreendedor, alinhada ao credo neoliberal (da Costa; Saraiva, 2012). O problema se coloca, então, pela interrogação a respeito das formas de resistir e transgredir diante da força estruturante do individualismo, bem como do utilitarismo, que o acompanha. Para situá-lo adequadamente é necessário apresentar os pontos de referência analíticos sustentados pela teoria da estruturação (Giddens, 1993), que serão os pilares analíticos da nossa análise, realizada na próxima seção, das práticas da Economia Solidária.

Primeiro, se as noções ação e estrutura definem-se por uma relação dialética, sua apreensão analítica demanda um retrabalho conceptual, no sentido de superar a antinomia ação-estrutura. Nesse sentido, Giddens (1993) enfatiza a essencialidade da intersecção tempo-espaço, envolvida em toda a existência social:

Todo o analista social deve reconhecer mais que simplesmente um duplo senso de *différance*, um triplo senso ... A atividade social é sempre constituída em três momentos de diferença em intersecção [*three intersecting moments of difference*]: temporalmente, paradigmaticamente (evocando a estrutura a qual é presente somente em sua instanciação) e espacialmente. Toda a prática social é atividade *situada* em cada um desses três sentidos. (Giddens, 1993, p. 54, grifo do autor).

A abordagem tridimensional é o ponto de partida das concepções elaboradas por Giddens em sua teoria da estruturação. A tríade “tempo, espaço e tempo-espaço virtual” definem instâncias constitutivas do real (Giddens, 1993, p. 55), a partir das quais devemos pensar a análise social.

Segundo, o conceito de agência envolve a ideia de “intervenção” no mundo, liga-se à noção de *práxis* (Giddens, 1993, p. 56), no sentido de expressar uma prática situada no tempo-espaço, que, caracteristicamente, provoca efeitos para além do agente, ou, de alguma maneira, transforma o mundo. Esta ligação à *práxis* evidencia um aspecto essencial da agência, também inerente a toda ação social: ela só pode ser pensada em sua contextualização, ou seja, em termos de uma “*localização histórica das modalidades de ação (atividade)*” (Giddens, 1993, p. 56). O sentido paradigmático da atividade social remete justamente a esta localização estruturante da definição de um repertório de modalidades de ação à disposição do agente.

Terceiro, ainda que associada à ideia de intervenção no mundo, esta ideia de agência não implica, necessariamente, a intenção do agente em relação aos efeitos do agir. De fato,

um aspecto relevante desta concepção é iluminar a distinção entre intenção e consequências impremeditadas da ação. Nesse sentido, o autor adere à noção de agência uma atividade suplementar à própria ação, que a caracteriza, chamada *monitoração reflexiva da ação* (Giddens, 1993). Assim logra combinar, de um lado, o elemento intencional inerente à ação humana, e de outro, o potencial cognitivo do agente em sua relação com o agir — “a monitoração reflexiva da conduta refere-se ao caráter propositivo ou intencional do comportamento humano: enfatiza a ‘intencionalidade’ *como processo*” (Giddens, 1993, p. 56, grifo do autor). Entenda-se, portanto, *ação intencional* como termo intermediário, entreposto, de um lado, pelos *condicionantes da ação não admitidos pelo agente*, e, de outro, pelas *consequências impremeditadas da ação*.

Duas formas de consciência estão aqui em operação. A monitoração reflexiva da ação, na medida mesma em que é contextualizada, reflete o estoque de conhecimento a respeito das modalidades de ação social. Nesse sentido, os agentes mostram-se capazes de construir enunciados oferecendo razões para terem agido desta ou daquela maneira. A racionalização da ação, na forma de um discurso, remete à *consciência discursiva* dos agentes. Mas, a racionalização não esgota o repertório de conhecimento das modalidades de ação dos agentes, há sempre um conhecimento tácito na adequação das ações às representações sociais [*enactement*] sobre o qual o agente não é capaz de se referir discursivamente. A este conhecimento *em processo*, Giddens (1993, p. 57) nomeia *consciência prática*.

Finalmente, o aspecto, talvez, central da concepção de agência, porque lhe dá um caráter específico e inovador, na formulação da teoria da estruturação, é sua relação com o poder.

...emprego o termo poder como uma sub-categoria de ‘capacidade transformativa’ para referir a interação em que a capacidade transformativa é *aproveitada na tentativa dos atores em obter o cumprimento de sua vontade por parte de outros*. Poder, nesse sentido relacional, tem a ver com a capacidade dos atores em garantir resultados onde a efetivação desses resultados depende da agência de outros atores (Giddens, 1993, p. 93).

Há um sentido de “capacidade transformativa” associado à noção de ação e o poder está implicado nessa capacidade. O poder está implicado na concepção de agência de um modo recursivo, tanto o poder de agência, quanto a subordinação a ele. Quando lemos ou ouvimos a frase “eu poderia ter feito isto de outro modo”, evidencia-se uma dupla determinação em seu momento reflexivo.

Quadro Sintético - Consequências para a análise das práticas da Economia Solidária	
Primeira dimensão	Toda a prática social é atividade situada em três sentidos: <ul style="list-style-type: none"> • Temporal; • Espacial; • Paradigmático (ver segunda dimensão)
Segunda dimensão	Toda a prática social é uma intervenção no mundo que pressupõe um sentido paradigmático, isto é, um repertório a partir do qual a atividade intencional é constituída, arquitetada e construída;
Terceira dimensão	Toda a prática social opera em dois níveis de consciência: <ul style="list-style-type: none"> • Discursiva • Prática Na intersecção desses dois níveis encontra-se a reflexividade – o conhecimento sobre a realidade social produzido como um processo mais ou menos recursivo;
Quarta dimensão	As práticas sociais adquirem capacidade transformativa por meio do engate de múltiplos agentes numa atividade intencionalmente construída;

O Quadro Sintético evidencia que, adotar a perspectiva da estruturação, significa entender que o êxito do conjunto de práticas coletivas, que efetivariam os propósitos da Economia Solidária, depende da capacidade dos agentes – individuais e coletivos – de ativar a consciência uns dos outros, por meio das próprias práticas sociais por eles gestadas reflexivamente. A análise deve contemplar as dimensões espaço-temporal e paradigmática, os dois níveis de consciência e o resultado reflexivo de sua interação. O êxito das práticas significa a efetivação de um processo de estruturação que recursivamente atualiza práticas solidárias e autogestionárias.

Na análise que segue, a identificação das características do processo de estruturação é realizada por meio de análise de conteúdo e análise do discurso, combinadas com observação participante das práticas sociais em contexto.

Análise de conteúdo consiste no exame sistemático de formas de comunicação para identificar padrões que dão ensejo a categorias temáticas para informar a análise. Utiliza-se linguagem escrita, falada e sinais como objetos que compõem unidades discursivas (Norum, 2008). A compreensão do sentido implícito e subjacente ao que é dito apontam o sentido da fala e uso da língua. O nível de análise do discurso prioriza a forma com que concepções são construídas, utilizadas e as consequências que advêm desta utilização (Willig, 1999). A linguagem estrutura-se, ela mesma, enquanto prática de produção de significados, num dado

espaço sócio-histórico. Importante reconhecer que o discurso está aberto à interpretação subjetiva, reflete múltiplos significados, além de ser dependente do contexto (Julien, 2008), constituindo-se em meio privilegiado para “investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a ação social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura” (Nogueira, 2001, p. 22).

As práticas em contexto: uma descrição dos Empreendimentos e da Associação

O Projeto Contraponto surgiu em 2005, por iniciativa do Núcleo de Economia Alternativa – NEA, que abrigava a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ITCP/UFRGS. Tratou-se de uma estratégia para suplantar dificuldades com a comercialização reunindo vários empreendimentos em torno de um ponto de venda localizado no campus da Universidade, no centro da cidade de Porto Alegre. Também buscava abrir um espaço para a reflexão sobre os padrões de produção e circulação, possibilitando o exercício prático de novas formas de interação entre trabalhadores e público consumidor.

A loja Contraponto - Entrepósito de Cultura, Saúde e Saber foi inaugurada em 19 de abril de 2010, no campus central da UFRGS e teve sua arquitetura – projetada por arquitetos da UFRGS – concebida com a utilização de materiais e tecnologias sustentáveis, seguindo os conceitos da bioconstrução. Em 22 de julho de 2014 foi criada a Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto (ACP), que inclui produtores de itens variados tais como alimentos, lanches e refeições saudáveis primando pela qualidade nutricional, soberania alimentar, responsabilidade ambiental e social; artesanato e objetos variados, principalmente confeccionados a partir de reaproveitamento; vestuário e acessórios diversos produzidos ou adaptados a partir de técnicas ecologicamente responsáveis. São treze empreendimentos de economia solidária (EES), de Porto Alegre e de cidades próximas, formados, na sua maioria, por mulheres, pertencentes a grupos da periferia (artesãs e padaria), grupos de artesãos (urbanos), da saúde mental, em vulnerabilidade social (pessoas em situação de rua), famílias assentadas da reforma agrária e comunidade quilombola.

Quadro 1. Empreendimentos que integram a Associação Contraponto	
Arte Papel	Realiza trabalhos com cerâmica e papel, além de propôr um atendimento especializado a jovens e adultos com trajetória de vida nas ruas. Ligados ao EPA - Escola Porto Alegre.

Associação Construção	cria artes originais com temáticas de cunho social, respeito à diversidade, e faz releituras de artes conhecidas, além de lutar pelos direitos dos usuários de serviços de saúde mental.
Associarte	associação de Artesãos do Rio grande do Sul. Atua com projetos objetivando o aprimoramento de artesanatos.
Cooperativa Vida Saudável	grupo de mulheres que elaboram receitas e produzem alimentos fortalecendo o conceito de alimentação saudável.
Família Almeida	assentados da Reforma Agrária, grupo de agricultura familiar agroecológica.
Geração POA	confecciona produtos artesanais, promove ações no âmbito da saúde, inclusão e cultura.
Helô Art	desenvolve trabalho de expressão artesanal, em diferentes manualidades, através da utilização de materiais reciclados.
Instituto CoMPaz	Comunidade Quilombola que produz alimentação integral, orgânica e ovolactovegetariana, artesanatos, livretos e fluídos de flores e ervas.
Misturando Arte	trabalha com o reaproveitamento de materiais, confeccionando acessórios, cenários e outros produtos feitos a partir de material reciclado, tais como sacolas, aventais e niqueleiras.
Mulheres da Terra	assentadas da Reforma Agrária, trabalham com a finalidade de empoderar e reunir mulheres agricultoras em torno da geração de trabalho e renda
Ponteio Design	grupo de produção artesanal que usa resíduos de lona vinílica e tecidos como matérias-primas principais.
Somos Soma	coletivo de mulheres que trabalham com artesanato, alimentação orgânica.
Utopia e Luta	cooperativa que promove apoio a lutas por moradia, produzindo e comercializando alimentos e produtos diversos – camisetas, lenços, bottons.

A gestão da Associação é compartilhada, orientada por um Estatuto Social e Regimento Interno, que define as linhas gerais da autogestão do conjunto de associados, com eleição de representantes, em Assembleia Geral, para formar a Diretoria Executiva. A administração da Loja física, conforme Regimento, é realizada pela Diretoria eleita juntamente com uma Comissão Gestora, apelidada de “Cogente” e formada por membros de grupos associados. Os integrantes do Cogente são definidos pelo Conselho Gestor, apelidado CG Contraponto, composto por um representante de cada empreendimento associado da ACP. O Cogente é responsável pelas decisões de rotina e funcionamento interno da loja, que inclui atendimento ao público, controle de pessoal, estoques, recebimento de insumos, e controles financeiros. Os participantes revezam-se, desenvolvendo o trabalho em duplas de associados, que podem variar de acordo com os dias da semana. Quando necessário, o CG

Contraponto pode criar comissões de trabalho, mas as decisões de maior responsabilidade são realizadas pela Assembleia Geral, que também elege o Conselho Fiscal da Associação.

Na próxima seção, faremos a exposição de aspectos relevantes a considerar na análise das práticas dos EES associados à ACP. Trata-se de um esforço descritivo, com a precisão possível com o que se pôde observar até o presente momento da pesquisa, nos empreendimentos até então visitados e que tiveram integrantes entrevistados pelos pesquisadores-extensionistas. Embora não haja exigência alguma de manutenção de sigilo por parte dos entrevistados, decidiu-se por não identificar os sujeitos pesquisados e seus empreendimentos, por motivações éticas, epistemológicas e metodológicas de busca por imparcialidade. A descrição será genérica, bem como a discussão, sem nomear os agentes ao proceder a análise.

Reflexividade em ação: as práticas dos EES associados refletidas na Associação

Associado ACP1: trata-se de uma associação que nasceu de uma dissidência com outra, também pertencente à ACP. Sua criação foi motivada pelo sonho de seus membros de caminharem sozinhos, implementarem a comercialização de forma independente e, especialmente, utilizando nota fiscal para poderem ampliar a atuação. As atividades se alternam em torno da produção e de períodos da semana dedicados à terapia – com oficinas de arte, de ajuda mútua, em que se reúnem para conversarem sobre os problemas que afetam pessoalmente os integrantes. “Muitas pessoas gostam mais de frequentar alguns dias do que outros em função de se sentir melhor, mais à vontade e poder até resolver suas questões nestes momentos”. Estatutariamente, seus associados são usuários de saúde mental e voluntários, mas o espaço está aberto para seus familiares e é composta aproximadamente 50 sócios, e 20 participantes.

Atuam em feiras, congressos, rodas de conversas, feiras específicas para EES além das já mencionadas oficinas. Segundo relatos, participam desses espaços a partir de “pessoas que conhecem o projeto abrem espaços: venda no bar da Psicologia, intermediada por uma residente; salão de beleza da mãe de uma Residente, o cinema Capitólio, o Teatro São Pedro, em parceria com a outra associação e o Contraponto” e não há modalidade de venda individual, os produtos são coletivos “nosso produto procura se comunicar através das mensagens, através das artes”. Pode-se afirmar que o carro chefe ideológico é a luta

antimanicomial, numa representação que vislumbra a interface com a economia solidária, nos seguintes termos:

Possibilidade de trabalhar e ser remunerado. Uma das coisas que faz o ser humano crescer é ele se sentir útil e isto é uma coisa importantíssima e daí quando a pessoa tem problemas mentais, fica lá super medicado, apático num canto, sem atividade nenhuma, fica uma terapia para ela, se sente útil e ainda receber alguma coisa em troca desta atividade. É muito terapêutico. (entrevistado 1)

A ACP é definida com “um dos lugares de comercialização”, reconhecem que tem um envolvimento baixo com a ACP, comparando com outros EES associados. Externam uma identificação com os propósitos da ACP, porque o público parece ter ‘uma aceitação maior, é um público mais consciente, mais maduro, não discrimina nossos produtos, é um público que aceita nosso trabalho, nossas ideias”. Tem a imagem de que estão ainda entendendo que tipo de relação devem construir com a ACP. Dentre os depoimentos encontram-se frases tais como: “participamos mais dos eventos..., mas ainda falta participar mais dos plantões e da gestão da loja” (entrevista 2) ou “a gente está meio que chegando um pouco mais para saber da sistemática, porque mudou bastante a CP, de uns dois anos para cá” (entrevista 3)

Associado ACP2: trata-se de uma associação vinculada ao poder público estadual, que deu origem à organização descrita acima, está constituída para efetivar um projeto pedagógico assistencial de inclusão e qualificação de pessoas da saúde mental. O trabalho é indissociável das políticas públicas de inclusão, capitaneadas pelo governo do estado do RS. O artesanato tem um papel central, posto que o trabalho é um elemento catalizador do processo pedagógico. A proposta está centrada em atividades que visam o tratamento da saúde mental dos participantes, na ideia da “cura através do trabalho”. A gestão da associação se assenta na participação de professores e beneficiários do projeto, entretanto, com forte ascendência dos professores. Sua participação na ACP é importante para o atendimento dos objetivos do projeto pedagógico, pelo efeito de desalienação produzido pela participação na gestão e discussão das decisões a tomar, enfim pela responsabilização que as atividades da ACP implicam. Dito de outro modo, os participantes do projeto assumem responsabilidades em relação às vendas dos produtos feitos por eles, aprendem elementos da gestão e relacionam-se diretamente com o público quando participam do atendimento. A pandemia implicou numa participação menos intensa nas atividades da ACP.

Associado ACP3: esse EES gira em torno de um projeto pedagógico assistencial de inclusão e qualificação de pessoas em situação de rua, situa-se numa escola pública da cidade de Porto

Alegre. A entrevista aconteceu no início do ano de 2021, quando as atividades estavam suspensas. Não havia turmas ou grupos de trabalho para observar. A participação na ACP enquadra-se nos objetivos das oficinas didáticas, como forma de adicionar um canal de comercialização do que é produzido nas oficinas. O trabalho é todo orientado para o resgate e a constituição da autoestima da população beneficiária do projeto. Dadas as características deste empreendimento o impacto da interrupção das atividades significa que não há produção durante a pandemia. De qualquer maneira, a inserção deste grupo na ACP tem a função de tornar mais efetivas as ações educativas de modo a proporcionar um aprendizado sobre atividades de comercialização e promover a vivência dos beneficiários com os associados, principalmente, os integrantes do grupo de trabalho do artesanato.

Associado ACP4. Trata-se de um empreendimento de artesanato. Composto por cinco pessoas, moradoras da Grande Porto Alegre, sendo que duas são designers, uma é responsável pelas vendas e há um casal, que faz o trabalho de costura. O trabalho principal consiste em criar produtos com reaproveitamento de banners comerciais, o EES possui um estoque, desde antes da pandemia, reunido por doações e descarte que aconteciam na loja da ACP – “os banners eram deixados na ACP como doação e descarte”. Tudo começou quando as duas designers integravam outro EES de artesanato, que, no final de 2012, foi convidado para uma feira na ACP: “entramos para a ACP em 2013. Na época a regra era participar de seis reuniões. Inicialmente ligadas ao primeiro EES, que se dividiu” (entrevistada 1). Em 2015 formaram oficialmente o EES atual, no mesmo setor de reaproveitamento de banners, mas com foco um pouco diferente, no design. Esse EES não é formalizado, não possuindo estatuto ou regimento e trabalham com o registro MEI (Microempreendedor Individual). Quanto à gestão, declaram não fazer muitas reuniões, por causa do deslocamento (pré-pandemia). Vale relevar o fato de que um dos integrantes sofreu recentemente um AVC (Acidente Vascular Cerebral), tendo dificuldades para se movimentar. A sensibilidade à dimensão pessoal, nesse sentido, é importante fator para definir as práticas de gestão do EES. As decisões são tomadas em conjunto, mas não necessariamente por meio de reuniões frequentes.

reunião com todos é difícil, só se a gente se desloca para o sítio, porque desde que o Fulano teve o AVC eles não circulam muito, e nem sempre a Esposa consegue estar na reunião, porque depois da mudança para o sítio fica mais complicado. Tem o filho na escola... (entrevistada 1).

Juntamente com outro associado da ACP, participam da rede R (nome fictício), que trabalha com reaproveitamento de resíduos. O EES trabalha com banners, outro associado

da ACP integra a mesma rede, trabalhando com plásticos. Anteriormente havia um terceiro que lidava com papel reciclado e um quarto integrante com reaproveitamento de tecido. Se preparam para a expansão da rede, buscando outros empreendimentos, que pelas regras tem que lidar com material reaproveitável. Há uma ideia de trazer outros associados da ACP para esta rede. Nesse caso, utilizam a rede R para participar da feira estadual de economia solidária, compartilhando o estande com os EES da saúde mental, associados à ACP.

A produção é coletiva, todos os produtos são feitos por todos. Mesmo que não participe da manufatura, quando os produtos são vendidos, os resultados são divididos. Há uma clara percepção de que o material é específico, o público é seletivo e diferenciado, “tem que ter consciência, de consumo, ser ecologicamente correto”. Este fato é interpretado como algo positivo, ou, ao menos, não negativo, mesmo que implique vender menos. “Nosso produto é supérfluo, a gente tem dificuldade para vender, procura fazer o mais lindo possível para conquistar o cliente, mas sabemos que ao vender o produto, vai demorar a ser repostado. Também tem preconceito com produtos reaproveitáveis” (entrevistada 1).

Esse EES se relaciona com a ACP na expectativa de participar de uma rede maior, inserida na economia solidária. As expectativas de retorno econômico foram, entretanto, frustradas, mas isso leva à reflexão de que “é preciso estar mais na loja, para falar sobre o produto tem que ser alguém do empreendimento, por mais que se aprenda do produto dos outros é a gente que sabe melhor”. Estar lá é também pertencer a um espaço da economia solidária, para fortalecê-lo, independentemente do retorno econômico, mas “as iniciativas ainda são tímidas, não há comprometimento de todo o mundo”. O espaço da ACP tem também a dimensão de uma participação política. A percepção geral é de que, por razões diversas, nem todos os EES associados podem contribuir na operação da ACP. Mas, isso é um aprendizado, pois: “valorizar o trabalho dos outros colegas conhecer as pessoas que são nossas parceiras e nossos clientes... isso está para além de ser um reforço econômico para os EES associados” (entrevistada 1).

Associado ACP5. Parceiro na rede R, este EES é o parceiro da ACP responsável pelo retrabalho com plásticos. Dedicar-se ao artesanato realizado a partir de reuso também de outros materiais, além de confeccionar camisetas e outros produtos, até mesmo de alimentação, quando uma oportunidade aparece. Constituído a partir de um núcleo familiar, mas fortemente integrado à comunidade em que reside, este EES é composto por conhecidos militantes da economia solidária da cidade de Porto Alegre. O engajamento no território –

numa região periférica da cidade – é uma marca do trabalho. Atualmente estão liderando a construção de um banco comunitário para promover o microcrédito na comunidade em que vivem há muitos anos.

A gestão parece ser coletiva e horizontal, mas seus integrantes manifestaram dificuldades quanto à viabilidade econômica do EES. A relação com a ACP é aderente a expectativa de solidificar um empreendimento de trabalho coletivo alinhado à ideologia da economia solidária. Este EES tem uma participação importante na ACP, incluindo o trabalho de desenvolvimento de uma plataforma virtual de comercialização. Ideia há algum tempo insistentemente sugerida por uma das integrantes deste EES, que despende muito do seu tempo dedicando-se à ACP. Isso acontece porque suas companheiras de grupo estão também empenhadas para que esta dedicação ao êxito da ACP alcance sucesso, apoiam o trabalho junto à ACP, dando-lhe suporte e cobertura quando necessário. Atualmente, esta integrante do EES está muito dedicada ao projeto de subsidiar as adequações virtuais do trabalho na ACP, em vista da pandemia. Este, juntamente com o EES de artesanato com banners e o EES de agricultura familiar que criou o circuito de comercialização de cestas agroecológicas (ver abaixo) têm se empenhado com muito destaque na sustentação da ACP no enfrentamento das restrições sanitárias.

Associado ACP6. “Somos uma comunidade orientada pelos modos de vida do povo quilombola”. Este EES é constituído uma comunidade não constituída originalmente por um Quilombo, mas criada intencionalmente para realizar-se como tal. A partir da aquisição de uma na região metropolitana de Porto Alegre, formou uma organização reconhecida legalmente como Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, que hoje se autodenomina ‘kilombola’ para designar esta diferença originária, dedicando-se ao trabalho de recuperação da sabedoria ancestral africana e afro-brasileira. O funcionamento está ordenado a partir de um conselho de anciãos, que não são idosos, ao menos para os padrões culturais ocidentais dominantes, o que reflete sua posição simbólica de guardadores da memória de um povo. Todas as tarefas organizam-se sob a forma de grupos de trabalho, dentre os quais está o que responde pela produção de alimentos, elaborando receitas ancestrais ou nelas inspiradas. Assim é ativado um circuito de comercialização, que configura a participação na ACP, com a oferta de produtos étnicos para consumo na loja. É uma atividade comercial complementar às iniciativas mais robustas que dinamizam a vida coletiva da comunidade. Ainda que integrem uma diretoria da ACP, este EES declara que sua participação se deve ao acolhimento generoso e respeitoso - “O Contraponto é também uma comunidade espiritual”

– que tiveram da parte dos integrantes da ACP. Ocupam-se mais ativamente das atividades educativas e culturais promovidas no próprio território. De modo que a incidência na ACP representa apenas uma pequena parte da atividade da comunidade kilombola.

Associado ACP7: trata-se de uma associação composta por um grupo de artesãos que declara “nós não trabalhamos coletivamente, mas nos organizamos coletivamente”. Sua existência decorre da facilitação da comercialização, mas salientam a necessidade da presença dos próprios artesãos e artesãs no local de exposição e comercialização de suas obras, porque a venda muitas vezes reclama um certo envolvimento do comprador, e os argumentos do artista podem ser decisivos. A estratégia de associarem-se permite que participem de vários eventos, além de proporcionar economia nas despesas de hospedagem, quando as feiras são distantes. Nesse sentido, a Associação, além de participar na ACP, mantém um ponto de vendas, cedido pelo poder público, na região central de Porto Alegre. O espaço é dividido com outras associações e tem o mesmo objetivo de escoar a produção e o sentido de colaboração mútua está presente de maneira homogênea. Na prática isto significa que todos estão comprometidos em apoiar os pares, seja na aquisição de materiais, seja na comercialização das peças, uns dos outros. Ainda que o trabalho em torno da obra de cada um tenha um forte sentido de expressão individual, isto não quer dizer que estamos diante de seres humanos individualistas. Em síntese, cada uma se expressa e se realiza na produção de uma peça de artesanato, mas não na interação comercial de que resulta sua renda como profissional artesão. Esta relação tem um caráter sacrificial, que remete ao dever profissional, como uma obrigação de solidariedade no sentido clássico de dividir o ônus, mais do que o bônus. A ACP tem um papel importante na integração do grupo, funcionando como suplemento desse vínculo, que faz com que os integrantes se mantenham unidos.

O aspecto da militância em torno do artesanato como uma “causa”, aparece como um suplemento, que leva o grupo a participar da ACP, pela importância atribuída à sua presença na Universidade, vista como um espaço icônico da luta política pela causa. Nesse sentido, a ACP torna-se um espaço de articulação política e de luta, que combinando as duas dimensões motivadoras das práticas sociais desses profissionais: a militância e comercialização. O interesse instrumental mistura-se com a intenção de reconhecimento da produção artesanal. Com o recrudescimento da pandemia, tem-se aproximado da ACP para participar da organização de feiras virtuais com os demais EES de artesanato. As feiras têm sido construídas coletivamente, com apoio dos pesquisadores-extensionistas e bolsistas de extensão, como forma de mitigar o declínio da atividade presencial causado pela crise

sanitária. A associação tem também presença na Diretoria da ACP, com relevante papel na organização dos fluxos financeiros devido à contribuição individual de um artesão com formação técnica em contabilidade.

Associado ACP8: trata-se de um EES com organização tipicamente familiar e horizontal, com funções distribuídas entre os membros do núcleo familiar: são cinco pessoas e dois núcleos familiares. São famílias de assentados da reforma agrária e trabalham em duas parcelas descentralizadas, uma delas a menos de 40 Km de POA, outra na fronteira noroeste do estado do RS. O processo de trabalho se organiza na base do ajustamento mútuo, com muita conversa; em função das restrições e possibilidades, dividem as tarefas e as realizam.

O grupo orienta-se pela luta social pela terra, participando do Movimento Sem Terra e percebem o trabalho familiar como uma peça na construção de uma sociedade fraterna. Esse EES declara-se orientado pela ação política, pela luta ideológica. Vale a pena explicitar em que sentido esta afirmação deve ser compreendida. As práticas do grupo revelam uma preocupação em ampliar efetivamente o espaço de atuação tanto dos associados da ACP como também de outros produtores da agricultura familiar. Eis dois exemplos:

Com a pandemia, a comercialização teve que ser reconfigurada e esse EES iniciou um trabalho de entrega de cestas agroecológicas, pois já tinham realizado ação semelhante no passado. Mobilizaram, então, um grupo de compradores e organizaram todas as transações por meio de uma ferramenta virtual gratuita. Outro EES associado da ACP ficou responsável pela entrega das cestas, o que gerou renda também para este associado. Posteriormente, com a liberação do comércio e das feiras de rua, esse grupo foi importante para articular a participação da ACP numa feira de rua, e assim abriu-se a possibilidade de manter uma barraca da ACP, com produtos diversos, principalmente, artesanato numa feira semanal, aos sábados, em plena pandemia, enquanto a loja continua fechada.

Cabe mencionar também que a efetividade da ideia de entregar cestas, fez com que os associados da ACP vislumbassem a possibilidade de se mobilizarem em torno de uma plataforma virtual de vendas. Atualmente isso está viabilizando a venda e entrega semanal de cestas agroecológicas, além da oferta de produtos de artesanato e alimentação por parte dos associados da ACP. Da perspectiva deste EES, a ACP tornou-se um espaço de afirmação dos ideais solidários e socialistas, de uma ação política que reflete uma responsabilidade política e histórica da luta pela terra. Proporcionalmente, as vendas pela ACP representam uma pequena parte da comercialização da família, ainda que tenham motivado uma

inovação, quando uma das mulheres produtoras da família decidiu produzir um bolo integral, que se tornou um carro chefe das vendas da loja.

Associado ACP9: trata-se de um grupo de famílias assentadas de reforma agrária que se organiza em torno da comercialização de suas produções. Embora possa ser incluído no rol de EES, sua gestão é heterogênea, com forte influência de um grupo familiar, que controla os canais de comercialização, ainda que haja um discurso a respeito da reforma agrária e da produção orgânica. Este grupo foi constituído, antes de mais nada, para ocupar um espaço na Universidade para comercialização dos seus produtos. De fato, foi incubado pela ITCP UFRGS, para que um grupo de mulheres pudesse se beneficiar de uma feira agroecológica semanal, no campus da Universidade. A atividade acabou sendo capturada por um grupo de produtores, que mantém relação com o EES incubado, mas que se constitui por indivíduos externos à ACP. Apesar da feira orgânica não dialogar com a ACP, o EES tem seus produtos comercializados na ACP, porque defendem uma proposta de alimentação saudável e orgânica, alinhada com os propósitos da ACP. A participação configura-se mais pela possibilidade de comercialização do que pelo saldo de sua organização. Integraram-se à plataforma de vendas virtuais e tem interesse em manter-se na ACP como canal de vendas, inclusive fornecendo cestas agroecológicas. Composto pela reunião de três grupos dedicados à produção de alimentos, mantém-se na ecosol por esforço de duas lideranças, que assim descrevem a batalha: “a gente tem muitas dificuldades, muitas gurias trabalharam, mas nenhuma perseverou. O ganho é pouco, não vale a pena”. “Eu estou trabalhando direto, não gostaria de serviço que tivesse direto, de segunda a sexta”. A reflexão inclui um tom de autocrítica diante de uma situação que parece ser de difícil superação:

A fulana (nome da outra líder) participa mais da ACP. Eu não sei se vou voltar. Não saí ainda por entender que tem um produto bom para favorecer o pessoal. Melhorou a situação, está muito bom agora, mas tudo está muito incerto. O projeto da FLD ficou no meio do caminho. O que vende no Contraponto é mais da [...]. Teve época que eles não queriam que vendesse nem os meus palitos. Não tem como levar um produto com um custo muito alto, aí não vai vender. Gordura de coco é muito caro, é inviável.

A participação desse EES na ACP é intermitente, ainda que uma de suas lideranças faça parte da diretoria da ACP. A companheira na liderança dos grupos tem consciência de que é a outra líder que participa na ACP.

Considerações sobre a reflexividade e a contribuição dos EES na ACP

Chama a atenção o quanto pode ser importante o repertório à disposição dos agentes para solucionar problemas individuais e coletivos. Esta dimensão paradigmática

das práticas sociais incide diretamente na capacidade de equacionamento dos problemas emergentes por parte dos agentes individual e coletivamente. A inscrição no tempo-espço, por seu turno, revela-se pelos efeitos da crise sanitária, no modo com que a crise é enfrentada, e o quanto a capacidade operativa de cada EES associado interfere e atua na capacidade dos outros. A reflexividade é, nesse sentido, algo que se situa tanto nas práticas de cada EES, quanto no modo com que essas práticas se disseminam e se tornam pautas de discussão e, eventualmente, reconfiguram as práticas da ACP.



Figura 1. Esquema interpretativo das práticas da Associação Contraponto

A partir do exemplo da venda virtual de cestas agroecológicas, buscaremos descrever o desenrolar desse processo – tentando identificar passo a passo a operação reflexiva que ainda está sendo gestada, mas já foi aceita como uma solução que está reconfigurando as práticas da ACP. Na Figura 1 buscamos sintetizar as etapas desta convergência em torno da solução que aparece como exitosa para todos agentes, ainda que não estejam compreendidas conscientemente por todos eles. A operação aparece de maneira conjugada, manifestando as consciências discursiva e prática dos agentes de maneira desigual. No caso das cestas agroecológicas, uma mobilização anterior aconteceu em torno da ideia de informatização da loja, ela foi amplamente discutida e já configurava uma decisão tomada, interrompida pelo evento da pandemia. Este debate implicou, ao que tudo indica, uma ativação da consciência discursiva dos agentes, que já estavam alinhados cognitivamente a respeito desta solução, ainda que situados num tempo-espço anterior à crise sanitária. Diante da pandemia, um único grupo associado tomou a dianteira, porque já havia experimentado uma solução semelhante num contexto diverso. Este repertório residual revelou-se uma solução exitosa

para este grupo, diante das restrições da pandemia. Isso acaba mobilizando alguns associados, sobretudo os que já estavam convencidos a respeito de uma solução pela via da informatização, que lhes parecia adequada no contexto anterior. Desse modo, uma solução gestada por um único grupo foi capaz de mobilizar os outros associados, ainda que de maneira desigual. Como resultado do processo, é possível antever que o conteúdo específico da decisão deste único grupo acaba tomando o lugar da ideia original de informatização da loja, sem, entretanto, mostrar-se efetivo, exceto para o caso específico do grupo que a gestou. Se a efetividade da entrega de cestas contaminou outros associados da ACP, levando a um esforço coletivo no sentido de implementar uma plataforma de vendas, atualmente já há sinais de que a solução pode não ser efetiva quando arrefecer o confinamento. Nas duas últimas semanas de agosto de 2021, foi possível identificar queda expressiva, de cerca de 50%, na venda e entrega semanal de cestas agroecológicas. A questão agora será entender a contribuição da plataforma na continuidade da comercialização pela via da ACP e como esta decisão será retrabalhada pelos EES associados.

Observa-se, a partir desse exemplo, o modo com que a capacidade transformativa produz o engate dos múltiplos agentes, num dado contexto. Se a descrição de cada EES associado revelou uma diversidade de práticas de gestão – às vezes distantes dos preceitos normativos da economia solidária –, quando examinamos a incidência dos EES na ACP, não é fácil antecipar a intensidade de sua influência na configuração resultante das práticas coletivas da Associação (ACP). Em síntese, os interesses e valores discursivamente externados por cada um dos EES parecem relacionar-se positivamente com as práticas específicas que os configuram; porém, o conhecimento desses interesses, valores e práticas não permite antecipar a configuração resultante quando da associação desses mesmos EES. A perspectiva da teoria da estruturação deixa antever o impacto da situação na resultante de forças, por isso desejamos compreender a re/configuração das práticas coletivas da ACP, devemos re/considerar a centralidade da situação – no sentido das contingências, do contexto em que as práticas se configuram. As práticas coletivas da ACP revelaram que a situação pode ser tão ou mais importante do que os interesses, valores e práticas dos associados na configuração resultante das práticas coletivas.

Referências

CEZAR, Layon Carlos. **A Economia Solidária como Prática Social:** compreendendo os Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Teoria da Estruturação. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016. 12 p.

SILVA, Sandro Pereira (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2020. 409 p.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. In: Os Desafios da Economia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, mar. 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. In: **Revista Sociedade e Estado**, v.21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991 [1990].

GIDDENS, A. **Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis**. London: McMillan, 1993 [1979].

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.

JOHNSON, AG. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Disponível em: www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-45-num-3-ano-2005-nid-46022/. Acesso em: 29 jul. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. DIFEL: São Paulo, 1984.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, L.; FERNANDES, E. **Métodos e Técnicas de Avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 2001.

NORUM, Karen E. Artifact Analysis. In: GIVEN, LM (Ed.) **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. Thousand Oaks, California: Sage, 2008. p. 23-25.

POLANYI, Karl. **A Subsistência do Homem e estudos correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SINGER, Paul I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WILLIG, Carla. **Applied Discourse Analysis: Social and psychological interventions**. Buckingham: Open University Press, 1999